

A Emergência da Agricultura Familiar no Brasil

Resumo 6 do artigo “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores familiares”:
considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos
trabalhadores rurais brasileiros (MEDEIROS, 2002)

Marigot Bellver Negri
Com contribuições dos grupos
e do professor

Três segmentos sociais do meio rural tiveram importante visibilidade política a partir de meados dos anos 1980. Desde então, o Estado passa a atender demandas dos “agricultores familiares”, “sem terras” e “assentados” com políticas específicas. Este fenômeno ocorre devido a uma série de processos sociais de organização dos trabalhadores rurais que permitiram seu crescente reconhecimento no cenário político.

Convém aqui definir rapidamente cada uma destas três categorias. Aquela dos “sem terra” se disseminou notadamente nos anos 1980, em cenário de confrontos, no qual arrendatários e pequenos agricultores expropriados de suas terras, principalmente no Sul do país, resistiram à alternativa de migrar para regiões de fronteira. Assim, organizaram ações com vistas a desapropriações de grandes propriedades fundiárias e instalação de assentamentos, com importante apoio da Igreja. A categoria agricultura familiar emerge no Brasil no início dos anos 1990, graças especialmente a novas lideranças sindicais que realçam a importância econômica e social dos agricultores familiares, substituindo o que antes era designado como “pequeno produtor”. Por último, os “assentados” referem-se aos “sem terras” após sua instalação em assentamentos, transformando terras ociosas em áreas de cultivo.

Após estas explicações, vale a pena voltar aos anos 1950, quando se inicia propriamente a história sindical dos “trabalhadores rurais”¹. Este processo culmina com a fundação, em 1963, da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), representando diversas categorias de trabalhadores no campo. A tomada do poder pelos militares pouco tempo depois levou à grande repressão, mas sindicatos de trabalhadores rurais (STR) foram relativamente poupados, sob condição de abdicar da luta por direitos e de incorporar uma função assistencialista.

No final dos anos 70, a CONTAG representava uma grande diversidade de categoria de trabalhadores no meio rural, que por suas singularidades acabavam criando uma tensão permanente no meio sindical. Por outro lado, o nascimento da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, favorece a crítica contra a forma de organização dos STR (em razão da ausência de mobilização política da base). Gradualmente, esta crítica leva a transformações sindicais

¹ De fato, desde 1903, são registradas as primeiras tentativas (no plano legal) de organização sindical do trabalhador rural. No entanto, ocorre grande cerceamento da liberdade de organização dos trabalhadores rurais, principalmente os colonos do café, que iniciavam movimentos de resistência e contestação às condições de trabalho vigentes

importantes, em particular com a criação do Departamento Rural na no seio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983.

Com essas mudanças, outras formas de organização se desenvolvem em razão das oposições sindicais. É assim que nasce notadamente uma nova perspectiva de representação dos interesses dos trabalhadores rurais com o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 1984, que passa a ser o principal porta-voz da defesa da reforma agrária no Brasil. A propósito, o movimento ganha uma dimensão muito importante, tendo inclusive grande repercussão internacional. Com seu objetivo de garantir o acesso dos camponeses à terra (concentrado nas mãos de uma elite agrária no Brasil), esse movimento encontra apoio em países do mundo inteiro, especialmente na Europa. Com efeito, existem muitos comitês designados “Amigos do MST”, que realizam encontros regulares para discutir acontecimentos no Brasil e levantar apoios quando preciso. O MST recebeu o Right Livelihood Award, conhecido como o prêmio Nobel alternativo, em 1991, e o prêmio internacional Roi Baudoin (Fundação Belga) para o desenvolvimento, em 1997.

Com a efervescência do movimento sindical e social no campo, novos temas são levantados, como aqueles em torno dos direitos das trabalhadoras mulheres rurais, dos jovens e dos idosos. Assim, demandas específicas femininas passam a ser canalizadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil) e pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Neste âmbito, discussões relacionadas à educação (notadamente em torno do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, PRONERA), à autonomia, liberdade e empoderamento feminino têm cada vez mais visibilidade. Ademais, oportunidades para os jovens e o espaço do idoso com seus direitos, em particular a aposentadoria, também podem ser lembrados como questões recorrentes do movimento sindical e social rural. .

Como já mencionado, a reforma agrária passa a ter como principal porta-voz o MST. Conforme a organização foi ganhando terreno com conquistas de direitos, aumenta o número de assentamentos, que sofrem na maior parte dos casos de descaso do poder público, enfrentando muitas situações precárias.

De toda forma, a pressão política por direitos exercida pelo MST influenciará cada vez mais a CONTAG.² Assim, a partir da década de 90, um novo modelo de sindicalismo ganha força devido às constantes ocupações e visibilidade política do MST, o que pressiona a CONTAG a mudar suas estratégias. Como consequência, um novo “projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar” torna a principal bandeira desta confederação. É a agricultura familiar que se apresenta desde então como categoria chave desta confederação, ao mesmo tempo em que há declínio da importância política dos assalariados na CONTAG.

Grandes mobilizações, como é o caso dos “Gritos da Terra”, revelam as mudanças na forma de ação deste sindicalismo da CONTAG. Foi graças a este tipo de ação que a criação do

² Esta influência do MST ocorre também em meio urbano. No final dos anos 90, militantes do MST fundam o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), cuja mobilização visa responder principalmente aos problemas de moradia e trabalho nas cidades.

Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) é garantida. Desta forma, os agricultores familiares ganharam um lugar de destaque na sociedade, enquanto protagonistas de “novo modelo de desenvolvimento.

Por outro lado, o processo de mobilização social na luta por direitos, inclusive constitucionais, do trabalhador rural gerou diversos confrontos. Os casos de massacres em Corumbiara e Eldorado de Carajás são marcantes na história recente do Brasil. Considerado o maior conflito agrário pós ditadura do Brasil, o massacre de Corumbiara, em agosto de 1995 em Rondônia, foi retratado em livro publicado em 2015, vinte anos após o episódio (PERES, 2015). O episódio se desenrolou a partir do confronto entre integrantes do MST e policiais que cumpriam mandato de reintegração de posse de área ocupada na Fazenda Santa Elina O autor do livro, João Peres, além de narrar o massacre, que resultou, oficialmente, em 12 mortes, examinou as investigações e os julgamentos do caso.

No ano seguinte, em 1996, ocorreu em Eldorado dos Carajás, outro conflito armado entre o MST e 150 polícias militares, resultando em 19 mortes de trabalhadores. Vinte anos após o episódio, apenas um comandante e um major foram condenados. Estes episódios de violência contra trabalhadores rurais continuam ocorrendo, como em 2017, quando, no estado do Pará, dez trabalhadores foram assassinados na Fazenda Santa Lúcia.

A data do massacre de Eldorado dos Carajás (PA) se tornou o Dia Internacional da Luta Camponesa, sendo lembrada em todo planeta. Diante de sua repercussão nacional e internacional, o presidente FHC foi pressionado a tomar medidas profundas e urgentes em termos de assuntos fundiários. Assim, muitos assentamentos foram implantados na segunda metade dos anos 1990 e foi instituído o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998.

Estes processos em torno das organizações no campo levaram o Estado a agir de diversas maneiras para atender a população rural brasileira. Ao longo dos anos, o PRONAF, por exemplo, cresceu cada vez mais, favorecendo uma perspectiva do desenvolvimento rural mais inclusivo.

Porém, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a investidura do governo Temer, tornou exponencial os ataques às políticas públicas relacionadas à reforma agrária. O privilégio à demandas do agronegócio (e àquelas da Bancada Ruralista), em meio ao retorno efusivo do ideário neoliberal no Brasil, leva à extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao seu rebaixamento ao status de secretaria ligada à Casa Civil da Presidência em 2016. Outro exemplo destas mudanças de orientação se refere à Medida Provisória 759, que aponta para o total esvaziamento da política de reforma agrária no país (SAUER e LEITE, 2017).

Referências Bibliográficas

MEDEIROS, Leonilde (2002), "'Sem Terra', 'assentados' e 'agricultores familiares': considerações sobre conflitos sociais e a organização dos trabalhadores brasileiros". *Una nueva ruralidad em América Latina?* Buenos Aires: Clacso, pp.103-128.

PERES, João (2015). *Corumbiara, caso enterrado*. São Paulo: Editora Elefante

SAUER, S.; LEITE, A. Z. (2017). Medida Provisória 759: Descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. *Retratos de Assentamentos*, v. 20, n. 1, p. 14-40.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio (1998). O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. *Scripta Nova* (Barcelona), v. 15, p. 1 - 9.